

O perigo de nova crise e moratória

*Economia
Brasil*

RIO 10 MAI 1985
AGÊNCIA ESTADO

Se o País não adotar um programa de austeridade nos gastos públicos e não "desinchar" o setor estatal, vamos caminhar para "uma recessão cavalgar e a moratória interna", segundo as previsões do professor de Economia da PUC e vice-presidente do Ibmecc — Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais —, Paulo Guedes. Ele discorda do ministro Francisco Dornelles de que existem quatro possibilidades de se financiar o déficit público: pela emissão de moedas, emissão de títulos da dívida pública, cortando gastos governamentais ou aumentando os impostos.

Para o economista, emitir dinheiro ou título é uma falácia que não resolve o problema do déficit, apenas posterga-o. As outras duas, aumento de impostos ou corte nos gastos, são as únicas fórmulas verdadeiras para solucionar o problema. Mas o aumento de impostos é considerado por Paulo Guedes como o caminho direto para a recessão, além de socialmente injusto, pois significa sancionar a ineficiência da máquina estatal e avalizar os erros tipo Sunaman, BNCC, IAA, Sulbrasileiro, fraudes do Inamps, programa nuclear etc.

Dessa forma, resta o corte dos gastos governamentais que poderia ser feito, no seu entender, com uma reforma tributária que desse legitimidade ao programa de austeridade e absorvesse os conflitos e pressões de setores por recursos.

Exigir mais impostos, para ele, é o mesmo que pedir que as empresas privadas e os assalariados se sacrificem outra vez, enquanto o Ministério do Planejamento não divulga para a Nação uma lista de cortes e não especifica como será feito o "enxugamento" do setor estatal. "Decididamente, é uma saída que não condiz com a democracia econômica que se propõe para a Nova República."

Entende o economista que é necessário modificar o perfil de gastos do governo, para que este deixe de ser Estado-empresário e se transforme no provedor social. Uma reforma tributária, à medida que fosse cortando gastos de setores como o programa nuclear, de US\$ 1 bilhão, repassaria, por exemplo, US\$ 500 milhões para Estados e municípios aplicarem em áreas sociais como educação, saúde, habitação, saneamento, etc. Esses repasses funcionariam como amortecedores sociais e evitariam a recessão, além de gerar emprego.

Paulo Guedes pede que seja repensado todo o modelo econômico. Em sua opinião, o governo deveria deixar de agir como na União Soviética, em que o Estado despeja planos econômicos de emergência. Para isso, as decisões seriam descentralizadas, deixando que as comunidades indiquem como e onde devem ser aplicados os recursos. Fórmulas usadas devem ser examinadas, também com a transferência de parte ou do todo de siderúrgicas ou outras empresas estatais para multinacionais interessadas. O capital estrangeiro deve deixar de entrar preferencialmente sob a forma de empréstimos e financiamentos para vir para cá como capital de risco, observou.

ESTADO DE SÃO PAULO